



## Entre os Direitos Culturais e a Ecologia Humana

*Larissa Fernanda de Alencar Souza<sup>1</sup>; Juracy Marques dos Santos<sup>2</sup>*

**Resumo:** O trabalho em epígrafe visa discutir as relações que se estendem entre os direitos culturais e a Ecologia Humana. De forma bibliográfica e analítica, apresentamos o percurso que leva da definição de cultura aos direitos culturais. Dentro dessa discussão, analisamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos como primeiro passo de promoção dos direitos culturais, importante para aprofundamento da discussão e extensão no devido debate. Num segundo momento, destacam-se os direitos culturais e políticas públicas culturais no Brasil, apresentando um histórico que passa pela constituição a aplicação de direitos culturais por meio das políticas públicas desenvolvidas. Por conseguinte, se discute a Ecologia humana em seu âmbito de Ecologia Cultural, em favor de analisar a importância de direitos culturais dentro desta matéria. Com base na Declaração de Friburgo, documento internacional que versa sobre a aplicação de direitos culturais, essa análise se dará através de 3 aspectos: a autodeterminação dos povos, o direito a identidade e patrimônio cultural, e os princípios de governança democrática. Assim, compreendemos que a ecologia humana cultural e os direitos culturais possuem uma relação mútua e interdependente para alcançar seus objetivos.

**Palavras-chave:** Ecologia Cultural; Direitos Humanos; Autodeterminação dos Povos; Governança Democrática.

---

<sup>1</sup> Graduada em Comércio Exterior. Pós graduada em Direito Internacional pela Damásio Educacional. Mestranda em Ecologia Humana e Gestão Sócio Ambiental pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Especialização em Negócios Internacionais com foco em International Trader em andamento. larissalencar.souza@gmail.com;

<sup>2</sup> Doutor em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Doutorando em Ecologia Humana na Universidade Nova de Lisboa (UNL-Portugal). Pós Doutorado em Ecologia Humana na Universidade Nova de Lisboa (UNL-Portugal) e em Antropologia pela UFBA. Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

## Between Cultural Rights And Human Ecology

**Abstract:** The above work aims to discuss the relationships that extend between cultural rights and Human Ecology. In a bibliographical and analytical way, we present the path that leads from the definition of culture to cultural rights. Within this discussion, we analyze the Universal Declaration of Human Rights as a first step in promoting cultural rights, which is important for deepening the discussion and extending the due debate. In a second moment, cultural rights and cultural public policies in Brazil stand out, presenting a history that goes through the constitution and application of cultural rights through the developed public policies. Therefore, human ecology is discussed in its scope of cultural ecology, in favor of analyzing the importance of cultural rights within this matter. Based on the Friborg Declaration, an international document that deals with the application of cultural rights, this analysis will be carried out through 3 aspects: the self-determination of peoples, the right to identity and cultural heritage, and the principles of democratic governance. Thus, we understand that cultural human ecology and cultural rights have a mutual and interdependent relationship to achieve their goals.

**Keywords:** Cultural Ecology; Human Rights; Self-determination of People; Democratic Governance.

### Introdução

A cultura é o fenômeno que incide sobre todas as atividades humanas, enquanto o direito é uma ciência que se propõe a normatizar as relações sociais (ROCHA, ALAN SOUZA 2012). Para entender melhor essa relação, parafraseando Michel Prieur, o autor luso Vasco Pereira da Silva (2007) estabelece que entre o Direito e a cultura existe uma espécie de “relação amorosa”, mais além, Vasco afirma que cada um dos pares “completa” o outro, com vantagens e benefícios recíprocos, na medida que a “cultura obriga o direito a evoluir e o direito recompensa-a, tornando-a mais universal e democrática” (PEREIRA 2007).

A Cultura como direito, encontra seu espaço nos direitos humanos, vasto campo das conquistas dos homens, frente aos abusos do Estado e dos seus próprios pares, marcados notadamente pela historicidade e a universalidade, características gerais dos direitos humanos, deixando explícito o papel da cultura em sua efetivação.

Sendo assim, entre a cultura e os direitos culturais, destacamos a Ecologia Humana como uma relação complexa, umbilical e essencial para a democracia e igualdade. A Ecologia Humana, que estuda a complexidade do ser humano em sua interação com o meio ambiente, é uma ecologia que coloca gente nos ecossistemas, e estuda suas relações e consequências

(MARQUES 2014). Por isso, entendemos que os direitos culturais são fundamentais para o desenvolvimento desse estudo.

Por trabalhar essa complexidade, é que através de uma revisão bibliográfica e de forma analítica, que abordaremos a relação entre a cultura e o direito, discutindo suas diversas definições e de que maneira estas se estendem aos dispositivos de proteção. Posteriormente, pretende-se analisar o papel dos direitos culturais em duas faces, coletiva e individual, abrangendo nossos estudos aos direitos culturais e suas políticas públicas no Brasil.

Por fim, este artigo se propõe a estudar as relações que se inteiram entre os direitos culturais e a ecologia humana, dentro de uma perspectiva de ecologia cultural. Desta forma, essa análise entre os direitos culturais e a ecologia humana se dará a partir de três direitas culturais bases: a autodeterminação dos povos, os direitos culturais de identidade e patrimônio cultural, e, sobre uma perspectiva de governança democrática.

### **Cultura e Direito: A Cultura que nos é de Direito**

O vínculo entre a cultura e o direito, são indiscutíveis, embora extremamente amplos. Destacar a influência da cultura na estruturação, aplicação, interpretação e efetividade das normas jurídicas, torna-se um trabalho importante para compreensão do direito, especificamente dos direitos culturais. Assim, Souza afirma:

A consciência dos efeitos do elemento cultural sobre o direito impõe a sua renovação e superação dos pressupostos que insistem na possibilidade e legitimidade desvinculada do contexto sociocultural local. (SOUZA, 2012, p. 15).

Como consequência, essa relação, primeiramente se dá de forma natural, onde a cultura explicitamente orienta como o direito será aplicado em determinado local, considerando a etnia, costumes e a forma de viver de um dado povo. Embora, este seja um exemplo direto entre o vínculo que une a cultura e o direito, compreende-se que essa relação transcende este primeiro entendimento. Para melhor compreensão, é essencial aprofundar-se nos diversos significados de cultura e analisar cada um deles em um contexto que se ligue ao direito.

A palavra cultura vem da raiz semântica *colore*, que originou o termo em latim *cultura*, de significados diversos como habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração (WILLIAMS, 2007, p.117). A colocação originaria de cultura se dedicava a definir o termo ligados a “ação ou efeito de cultivar à terra; cultivo” (HOUSSAIS, 2009). Por conseguinte, definimos cultura

como: “produto de tal cultivo ou tal criação” (HOUSSAIS, 2009). Ambos os sentidos trazem um entendimento inicial da palavra no momento de seu surgimento, ligados também a produção d’arte e das necessidades geradas pelo espírito humano, como mostra Chauí.

Seus significados indicam cuidado, cultivo e referem-se as ações que conduzem ao pleno desenvolvimento das potencialidades de algo, seja a terra ou o espírito, as plantas ou as artes, e seus sentindo denotam ainda o cuidado com os Deuses, que são cultuados, em geral através de rituais. (CHAUI, 2006, p. 105)

As primeiras definições acerca do vocábulo cultura trazem timidamente os primeiros vestígios de seu significado, que àquela época, mesmo que apenas de conotação subjetiva e ainda muito recente relacionava-se com as influências humanas na transformação do meio ambiente natural. Ainda, nas obras helenas, podemos observar o emprego da palavra cultura com a interferência humana nos meios naturais de convivências.

Inobstante ser recente, “certamente, a mais antiga e a mais recente obra é a cultura”, e a busca de seu sentindo data antiguidade clássica. Para abranger o que hoje, ela significa, os gregos utilizavam-se de dois vocábulos; *geórgia* (lavoura) e *matema* (conhecimentos adquiridos). Entre helenos era corrente a diferença entre cultura e natura (*physis*), sendo aquela toda ação humana executada sobre esta. A natura ou natureza, por sua vez, existe independente do homem. (Filho, 2004, p. 30)

Esses entendimentos, na perspectiva desta época, passando pelo cultivo da terra, posteriormente evoluindo ao cultivo das artes e das demandas que o espírito gerava, evidenciam o desenvolvimento individual e social do ser humano, tornando este um ser “culto” como indivíduo e sociedade. É neste ponto que o ser humano se torna “civilizado”, e as primeiras relações entre cultura e civilização chocam-se nesse contexto.

No século XIX, o termo *Culture*, ou *Kultur*, foi empregado com frequência crescente na Inglaterra e na Alemanha (os franceses preferiam falar *civilisation*). Assim, o poeta Matthew Arnold publicou *Culture and Anarchy* em 1869, e o antropólogo, Edward Tylor, *Primitive Culture* em 1871, enquanto na Alemanha da década de 1870 um amargo conflito entre a igreja e o Estado, tornou-se conhecido como “a luta pela cultura” (*Kulturkampf*), ou, como dizemos hoje, “guerra cultural”. (BURKE, 2004, pag. 10)

Burke, deixa evidente a relação direta, e praticamente semelhantes, no século XVIII entre a cultura e a civilização. Entretanto, antes desses conceitos avançarem a tal época, esses dois termos eram diferenciados de forma que uma pessoa culta diferia da civilizada.

Neste sentindo, uma pessoa culta não era a mesma coisa que uma pessoa civilizada, uma vez que a civilidade de um grupo ou indivíduo se pautava pelos comportamentos e aparência, enquanto a cultura pelo qualitativo dos produtos elaborados”. (SOUZA, 2012, p. 16).

A Alemanha e a França inauguram esse período de cultura como civilização, marcando a era clássica da história desta matéria. Atravessando o pensamento iniciado por Weber e depois Elias, os estudos acerca de cultura predominam no século XX. Em 1904, Max Weber publicou sua famosa obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo (1904)”, analisando as primícias culturais do que chamou “Sistema econômico dominante na Europa Ocidental e na América”. Burke, afirma acerca deste ensaio que este poderia igualmente se chamar “capitalismo e cultura do protestantismo” ou “protestantismo e cultura do capitalismo”. O sociólogo alemão, Norbet Elias, também seguidor de Max Weber em alguns aspectos, apresenta a obra “O processo civilizador (1939)”, definida por Burke como uma história essencialmente cultural. Em suma, a construção dos conceitos científicos, antropológicos, de cultura, ao sofrerem as influências das circunstâncias históricas, passou por diversos desafios, teóricos e práticos, até o presente. (SOUZA, 2014, p.19).

Com base nos avanços desse estudo, é que no século XX até os dias atuais, cultura tem sido compreendida através do conceito de “o modo como indivíduos e comunidades respondem às suas necessidades e aos seus desejos simbólicos” (ARANHA; MARTINS, 2005, p. 20–21.). Seguindo este caminho, conseguimos entender e extrair dois entendimentos básicos a respeito deste tema; no primeiro, relacionar cultura aos aspectos de uma realidade social, ou seja, tudo aquilo que caracteriza a existência de um povo ou nação:

Na verdade, 1871, em seu *Primitive Culture*, outro antropólogo, Edward Tylor, apresentou uma definição semelhante de cultura “tomada em seu sentido etnográfico amplo”, como “o todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e outras aptidões, e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. (BURKE, 2008, p. 36).

Em relação ao segundo entendimento somos apresentados a uma visão que relaciona cultura ao conhecimento, às ideias, crenças e as maneiras como eles existem na vida social.

Gertz enfatiza o significado e aquilo que chamou, em um famoso ensaio com este título, de “descrição densa”. Em sua própria definição, cultura é “padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em forma simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida”. (BURKE, 2008, p. 45).

Adiante, também notamos duas vertentes sobre cultura, expostas dentro desta percepção: o que difere um povo e, a outra em relação ao que difere o homem como tal. Podemos inferir a noção de que uma comunidade possui o direito de reivindicar e usufruir de

seus costumes nativos, a sua originalidade (singularidade) e se comportar de maneira particular, bem como ser fiel aquilo que seja compreendido como suas origens. Ao partirmos dessa concepção, somos levados a pensar sobre a necessidade de compreender, refletir e analisar o direito humano fundamental à cultura. Percebemos também, que essa relação entre a cultura e o direito, vai além da influência que a cultura é inserida na aplicação do direito, mas que esta, de fato, torna-se um direito essencial para o desenvolvimento da humanidade.

A formulação dos direitos culturais constitui, de fato, uma validação e uma aplicação dos direitos humanos, dos quais aqueles nasceram. Os direitos humanos surgiram na forma de declaração em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, como forma de proteger os indivíduos contra os excessos do Estado. (COELHO, 2011, p. 6).

Os Direitos Culturais assim como citado por Teixeira, fazem parte de uma gama de direitos essenciais à humanidade, os direitos humanos. Precisamos caracterizar melhor o ponto de partida da discussão sobre Direitos Humanos, e como eles estariam vinculados ao cerne dos Direitos Culturais, dessa forma:

Os Direitos Humanos configuram defesa contra os excessos de poder, tanto o estatal como aquele exercido por entes privados, sejam pessoas naturais ou jurídicas. Entretanto, consistem também, em ou voltada a orientar as políticas públicas e as ações privadas. É nesse sentido que não mais deve persistir o entendimento tradicional. Pelo qual apenas o Estado seria obrigado a promover e proteger os Direitos Humanos. (COELHO, 2011, p. 6).

Embora sejam indispensáveis e essenciais para continuação da nossa espécie, os direitos humanos, foram reconhecidos após a massiva destruição trazida durante a segunda guerra. “O marco mais significativo da formação do Direito Internacional dos Direitos Humanos é a II Guerra mundial, a partir da qual o tema entrou definitivamente na agenda internacional e se tornou objeto de vasta regulamentação no Direito das Gentes e da atenção de vários foros internacionais e internos, bem como referência mínima, à qual deveriam se conformar todas as ordens jurídicas nacionais, e marco jurídico com pretensão de prevalência sobre valores tradicionais no Direito Internacional, como a soberania nacional, a não intervenção em assuntos internos e a vontade estatal. (PORTELA 2020, p. 1001)”

Esta ordem se sistematiza através da Organização das Nações Unidas (ONU), firmada em 1945 através da Carta das Nações unidas em São Francisco. A Carta da ONU estabelece, dentre os propósitos da Organização, o de “Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (art. 1, par 3)”. (PORTELA, 2020, p.

1018). Desde o princípio de sua criação, as Nações Unidas objetivam a efetivação dos Direitos humanos, e marca este ato através da Declaração Universal, de 1948.

A Declaração Universal de Direitos Humanos, do ponto de vista técnico-formal, é uma mera resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, com caráter de recomendação, juridicamente não vinculante. Entretanto, na atualidade, é majoritário o entendimento de que os dispositivos consagrados na Declaração são juridicamente vinculantes, visto que os preceitos contidos em seu texto já foram positivados em tratados posteriores e no Direito interno de muitos Estados (PORTELA, 2020).

A Declaração retoma os ideais da revolução francesa, em âmbito universal e reconhece os valores supremos de liberdade, de igualdade e da fraternidade entre os seres, intrínsecos de todas as culturas. De forma direta, esses princípios trazidos pela revolução francesa dão origem as gerações de direitos humanos, primeira (direitos civis e políticos), segunda (econômicos, sociais e culturais), terceira (que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais).

Os direitos culturais fazem parte dos direitos de segunda geração, e, de acordo com Portela (2020), é impossível negar a sua essencialidade para o homem. A partir daí, inicia-se, portanto, a construção cultural de um direito democrático, que afirma a cultura como direito humano, em que os Estados-partes deste acordo devem garantir a sua tutela.

Os direitos culturais podem ser definidos como os direitos de uma pessoa sozinha ou coletivamente, de exercer livremente atividades culturais para vivenciar seu processo nunca acabado de identificação, o que implica o direito de aceder aos recursos necessários para isso. (BISCH, Itaú Cultural, 2011, p. 28).

Bisch reforça a importância do papel do Estado quando menciona a necessidade de recursos e esforços para a efetivação dos Direitos Culturais. Ela ainda afirma que esses direitos existem de duas formas: a coletiva e individual.

A Declaração Universal adentra em seu preâmbulo sobre a igualdade entre os povos, reconhecendo dignidade a todos os seres humanos, com direitos iguais e inalienáveis, tendo no art. 2º, ainda ressalvado que os humanos devem gozar de todos os artigos da declaração sem distinção de raça, sexo, língua, religião e opinião política; sendo assim, do ponto de vista da Declaração, todos os povos estariam protegidos para viverem de acordo com suas afinidades culturais, tratando-se assim de evidente direito de uso coletivo.



Ainda acerca de Cultura a Declaração deixa claro a importância desse direito essencial no artigo 22:

Toda pessoa como membro da sociedade, tem direito à segurança social e a realização, pelo esforço nacional, pela cooperação, internacional e de acordo com a organização e recursos de cada estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade. (ONU, 1948, art. 22).

Logo de saída, percebemos haver uma intrínseca relação entre aquilo que podem ser considerado os três alicerces principais de uma comunidade humana, os fatores econômicos, sociais e culturais, tendo em vista o desenvolvimento da personalidade de cada pessoa. E posteriormente, são retratados os direitos de cunho individual, senão os trazidos no art. 27, sendo eles: o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo, decorrentes de qualquer produção científica e de seus benefícios, bem como, à proteção dos interesses morais e materiais, literária ou artística da qual seja autor (ONU, 1948, art. 27).

Dada a importância destes direitos, a crescente preocupação em torno de firmá-los cresce ao longo do século XX. Vários tratados, convenções em âmbitos de Sistema Global e Sistema Regional de proteção aos direitos humanos foram firmados, em prol de orientar seus Estados-Partes na condução dos direitos humanos, entre eles, os culturais. O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Culturais e Sociais, foi o pioneiro, no que diz respeito a obrigatoriedade dos Estados-Partes. Este mesmo tratado inspirou a OEA para a criação do Pacto dos Direitos Econômicos, Culturais e Sociais na América.

A Declaração de Friburgo também constituiu um importante influenciador e propagador dos direitos culturais, celebrada pela Unesco em 1998, dedicada a valorar toda gama de direitos culturais, inspirada na Declaração Universal, bem como no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (UNESCO, 1966). Neste caso, como podemos observar diante desse estudo internacional na sistematização dos direitos culturais, contrariamos aquele ditado popular, que tudo começa de dentro para fora, na verdade, no que desrespeita a dignidade humana, começou de fora para dentro; visto que, hoje, diversas constituições são orientadas a partir desta sistematização internacional. A partir destas breves informações perante as discussões internacionais sobre direitos culturais, iniciaremos nossos questionamentos acerca da efetividade destes, no Brasil.



## **Um pouco sobre os Direitos Culturais e Políticas Públicas Culturais no Brasil**

O Brasil celebrou em tempo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no entanto, apenas em 1992 o Brasil ratifica o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Mas antes disso, evidencia-se, o reconhecimento de alguns pilares culturais, inicialmente na década de 30, durante o regime autoritário de Getúlio Vargas, que agiu principalmente em relação à proteção do patrimônio cultural material.

Assim, posteriormente houve iniciativas não tão notórias relativos aos assuntos culturais, tornando este, uma preocupação nacional de maneira mais ampla durante a Ditadura Militar. O Ministério da Cultura foi criado num período de retomada da democracia brasileira, em 1985. Apesar de grandes instituições e autarquias ligadas às artes já existirem à época, não existia ainda um órgão regulatório federal, capaz de nortear decisões coletivas, promover dinâmicas e organizar diferentes demandas do setor. Contudo, entendemos que essas iniciativas não caracterizaram o direito de fato.

Em 1988 ao englobar em sua constituição os direitos culturais correspondendo aos tratados por ele acordado, desencadeia ações voltadas a esta temática. Tais direitos são resguardados pelo Brasil efetivamente na Constituição de 1988, contrariando assim as anteriores (1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967).

Com isso, a elaboração sobre seu conteúdo jurídico por razões metodológicas, será feita a partir do estabelecimento na Constituição Federal de 1988, em especial, mas não exclusivamente, nos artigos 215 e 216, e será informada pelos tratados internacionais de direitos humanos incorporados no ordenamento jurídico nacional, sem se afastar dos fundamentos republicanos, considerando ainda os casos decididos pelos tribunais” (SOUZA, 2014, pag.93). É aqui onde percebemos duas coisas, a primeira é a importância da sistematização dos direitos humanos em âmbito internacional, a segunda é que a Constituição ao incluir esses direitos, reforça o compromisso do Estado com os Tratados em que o Brasil seja signatário.

Esse conteúdo está composto em quatro normativas, sendo elas: a livre plena participação na vida cultural da comunidade; o acesso às fontes e fruição dos bens de cultura nacional; o incentivo às diversas manifestações culturais e a proteção das identidades; e o robustecimento do patrimônio cultural brasileiro.

Os Direitos Culturais pertencem ao rol de direitos humanos que necessitam de ações positivas do Estado para serem efetivos, isto é, através de políticas públicas culturais eficazes.

Esses deveres advêm das normas constitucionais e impõem obrigações ao Estado de legislar, viabilizando assim o exercício do direito à cultura. Portanto, “o papel do poder público deve ser de favorecer a livre procura das manifestações culturais, criar condições de acesso popular à cultura, prover meios para que a difusão cultural se fundamente nos critérios de igualdade” (SILVA, 2001, p. 48).

Mas, como ficam estas ações ao longo dos anos, mais especificamente após a Constituição Federal de 1988? Anteriormente, mencionamos a importância da criação do Ministério da Cultura em 1985. O Ministério foi composto por nove ministros até o ano de 1995 (média de um por ano), e na sequência foram sete anos do professor Francisco Weffort à frente da pasta.

Ocorre que, o Ministério se desenvolve no caminho da consolidação de políticas públicas que apontam para a cultura como ferramenta de superação de desigualdades e fortalecimento da democracia, e, a partir de 2003, quase vinte anos após a sua criação, com o início da organização de um conjunto articulado de estratégias e ações, com objetivos específicos, principalmente adquirindo um papel fundamental dentro de uma estratégia de desenvolvimento do Brasil.

É a partir de 2003 que vemos pela primeira vez articulados conceitos como cultura, identidade, território e, neste sentido, o programa Cultura Viva, através dos Pontos de Cultura, assumiu um protagonismo fundamental de estruturação das organizações e sujeitas/os. No bojo dos mesmos avanços, povos e expressões tradicionais também foram reconhecidos como patrimônio imaterial do país, ampliando a compreensão da cultura como algo que vai além de linguagens artísticas. O que se percebe deste período da história, com o MinC fortalecido e liderado por figuras como Gilberto Gil e Juca Ferreira, é o alargamento do próprio conceito de cultura, um movimento articulado de abraçar a diversidade brasileira e buscar a produção de políticas que respondem à sua altura (Souza e Brandão, 2021, política e cultura no governo Bolsonaro quais. Disputas estão em xeque).

Podemos considerar, que estes foram os anos de “luz”, ou os anos onde o Brasil esteve realmente empenhado em cumprir seu papel como promotor principal da cultura em seu domínio. Posteriormente, após o impeachment de Dilma Rousseff, Michel Temer ao assumir a presidência temporariamente, tentou reduzir o status de Ministério da Cultura à Secretaria, em 2016. Essa tarefa foi posteriormente bem executada na gestão do presidente Jair Messias Bolsonaro, como observamos:

Afinal, os marcos criadores e regulatórios da cultura se confundem com os marcos da democracia brasileira. Da mesma forma, explica-se também porque Jair Messias Bolsonaro não enfrentou as mesmas dificuldades com a própria base ao levar a cabo o que já estava desenhado: a extinção do MinC. (Souza e Brandão, 2021, política e cultura no governo Bolsonaro quais. Disputas estão em xeque).

Nota-se, uma descontinuidade e distorções de valores culturais, o que se pode concluir é que os dispositivos destacados na constituição pouco têm sido valorados, ou talvez, seja mais pertinente afirmar, ignorados, reafirmando o descompromisso do Estado com a própria democracia.

Portanto, mais uma vez é importante entender as causas que todas essas mudanças e descompromissos acarretam a uma população, conseqüentemente ao ambiente em que está inserida. É na esfera da Ecologia Humana, que daremos continuidade a este estudo, um estudo complexo das relações do homem com os diferentes ecossistemas, onde a cultura é um fator indispensável, bem como os direitos que a resguarda.

### **Direitos Culturais e Ecologia Humana: Uma Relação Umbilical**

Numa tradução literal, o termo “ecologia” foi inicialmente citado por Ernst Haeckel, que o designou para cuidar das relações entre seres vivos e onde estes vivem, já pensando numa inevitável relação de dependência do local com os seres que nele habitam. É a estreita relação com os seres vivos (bióticos) e o entorno não vivo (abióticos). (ALVIN, pag 19, 2012).

Essa percepção sobre a ecologia, inicialmente não considerava o ser humano, limitando-se apenas ao redor dos sistemas físicos-naturais, sobre a biodiversidade natural e vegetal. “O Ecossistema é a unidade analítica básica da ecologia e pode definir-se como qualquer associação natural composta por organismos vivos e substâncias inorgânicas que interatuam para trocar matérias” (CAMPBELL, p. 20). Por conseguinte, qualquer organismo vivo sofre interferência e para poder sobreviver, busca soluções para se adaptar as condições impostas pelo ambiente. Entendendo essa condição, o homem pode identificar a abrangência de suas ações, sua capacidade de adaptação e de resistência aos possíveis impactos e ciclos ambientais (ALVIN, p. 19, 2012).

Portanto, a Ecologia trazida por Hackel transformou-se no estudo científico das relações entre o homem e o meio ambiente, dando espaço assim a Ecologia Humana, que expandiu o contexto dessa ciência, abrangendo para bases inter e multidisciplinares. Campbell afirma: pelo fato do homem ser um produto da hereditariedade e do meio ambiente, a ciência da ecologia é a chave, quer para o entendimento da evolução da humanidade, quer para compreensão da natureza Humana. (CAMPBELL, p. 12, 1983). A ecologia é o estudo da relação entre uma

espécie e o seu meio ambiente global. (CAMPBELL, p. 12, 1983). E mais a frente afirma que, a expressão ecologia humana refere-se, portanto, ao estudo de todas as relações entre pessoas e respectivos meios ambientes.

Podemos considerar, que tais afirmações consideram todo um contexto evolutivo ensinado por Charles Darwin, acerca das questões de adaptações daquelas populações conforme as condições do local escolhido para estabelecer como sua residência, bem como sua comunidade em geral, onde realizará todas as suas realizações sociais, econômicas, culturais e entre o meio ambiente que o permeia. O Homem pertence à espécie *Homo Sapiens*; é uma entidade biológica e social, produto de um processo evolutivo. Como todo organismo, é um sistema aberto sujeito a entradas e saídas capazes de crescer, reproduzir e preservar o seu tipo através dos tempos. Faz parte da biosfera e desempenha o papel de consumidor no ecossistema natural (LIMA, 1984, p. 21). Com base nesse estudo, destacamos a Ecologia Humana na visão de Larissa Malti, assim:

A partir do conceito de Ecologia como uma ciência que estuda a relação determinada espécie entre si e com seu habitat, o conceito para Ecologia humana evoca as ciências biológicas, mas também as ciências sociais para se definir como uma área transversal do conhecimento científico, esboçando a necessidade de estabelecer e contextualizar o meio natural da espécie em questão, no caso a humana, e trazendo à tona a relação intrínseca sobre ela e o meio ambiente. (MALTI, 2017, p. 28)

A busca incessante pelo entendimento de todas as relações do homem com os seus, e, a interferência do meio, acaba por demonstrar o caráter interdisciplinar da ecologia humana, adquirindo, conotações sociais, culturais, econômicas, ambientais, geográficas, demográficas, históricas e muitas outras, todas, de certa forma, ligadas notadamente as ciências da natureza no que pertence o estudo do meio ambiente em *lato senso*, assim como das ciências sociais, quando se versa a atuação da matéria para com os seres humanas, desde caracteres históricos a biológicos.

A Ecologia Humana ganha sua autonomia científica na década de 70. De acordo com Pires e Craveiro, os estudos referentes a Ecologia Humana avançaram com as pesquisas reverenciadas da Escola de Chicago, bem como os trabalhos de Burges e Park, principalmente sobre a distribuição das populações humanas em área urbana, todas elas à época buscando respostas acerca dos problemas sociais que atingiam principalmente aquelas comunidades que viviam em grandes aglomerados humanos, com pouquíssimo ou nenhum acesso a recursos ambientais, nem mesmo qualidade de vida, quanto mais aos recursos culturais.

Diante do exposto, entende-se que as inquietações do homem levaram mais uma vez a compreender que não é suficiente explicar a natureza humana apenas de uma perspectiva biológica. Isso devido às maneiras diversificadas que cada sociedade vive, para este conjunto de análise identificamos: tradições, crenças e o próprio ambiente natural adaptado conforme a necessidade de cada povo. É nesse contexto que entendemos que a cultura no âmbito da ecologia humana é primordial para entendimento de qualquer estudo abrangente desta área:

À distribuição, à escala mundial, da espécie humana é única entre os mamíferos, devido a uma adaptação do *Homo sapiens*: a cultura. Por Cultura entende-se o complexo dos conhecimentos de comportamento e artefatos por meio dos quais os seres humanos lidam com o mundo exterior. (CAMPBELL, 1970, p. 22)

Nessa breve citação Campbell destaca a Cultura como o principal diferencial entre o *homo sapiens* e as demais espécies, o que permite que esta, de uma certa maneira, se torne uma das maiores influenciadoras dos ecossistemas. Seguindo, observamos a cultura e seu papel na Ecologia Humana, como Ecologia cultural, posteriormente, estenderemos nossa discussão aos direitos culturais.

A partir da complexidade cultural da espécie humana e suas relações. A partir da complexidade do estudo da espécie humana e suas relações com o meio ambiente, Steward (1972) apresenta um modelo metodológico para os estudos ecológicos ao qual chamou Ecologia Cultural, em seu livro *Theory of Culture Change*, que culmina, já na década de 1980, na formulação de conceitos como Ecologia Social e Ecologia Cultural (Campbell, 1988; Rambo, 1983), que apresentam aspectos da complexa relação do ser humano com seu meio natural, transplantando para diferentes solos conceitos que associam a cultura de um grupo humano, bem como sua estrutura social, ao resultado da relação entre o indivíduo e seu ambiente. (MALTI, 2017, p. 30-31).

A Complexidade cultural, sem dúvida ocupa espaço subjetivo, e extremamente dinâmico, visto a adaptação do homem-sapiens a qualquer ambiente que se propõe a viver, trocando seus saberes com o universo que o cerca e o inclui. “Entre tais saberes está a produção científica, sua articulação e o conjunto de crenças que se aprimoram a respeito da inteligência humana e mesmo da inteligência de outras espécies com constante diálogo com a espécie humana.

Entre tais saberes está a percepção humana da capacidade de sobrevivência das espécies e sua relação com o habitat. Este aprimoramento de saberes inclui o desenvolvimento humano a partir da necessidade de adaptação ao seu meio e da promoção, sistematização e difusão desse conhecimento ao longo dos tempos” (MALTI, tese, p. 31).

A Ecologia humana desta forma tenta resgatar, transformar e revigorar valores esquecidos ou anulados pelo atual processo de desenvolvimento aplicado pela cultura de consumo e acumulação de bens e, conseqüentemente, produção de rejeitos onde a

remodelagem de um novo padrão de desenvolvimento reconstrua as relações históricas para a construção de juízo de valores que envolvem o indivíduo para, assim, propor ações futuras que reconstruam novos padrões de direitos, deveres e valores humanos, considerando a justiça social, valorização do espaço natural, partindo do comprometimento coletivo, pois só assim seremos capaz de entendermos de qualquer ação individual ou unilateral tenderá a afetar o equilíbrio entre forças. (ALVIN, 2012, p. 16-17).

Aqui percebemos a necessidade de compreender o homem, como centro de objeto do estudo, juntamente ao espaço (meio ambiente) em que convive, para entender inclusive a sua interferência em todos os ecossistemas, e, a junção de todas elas. Descobrimos as causas e as consequências de tais atos, progride dessa forma, um avanço para as sociedades humanas, seja num contexto mesmo de pequenas comunidades até mesmo considerando todos os seres humanos do planeta.

Procurando políticas públicas de ordem global, que visem uma alteração dos atos humanos que acabam por interferir em diversas outras comunidades, mesmo que estejam do outro lado do globo. Alvin, destaca a essencialidade de buscar um mundo igual, valorizando a Justiça social, justiça em que os direitos culturais são essenciais para sua efetividade. Alvin, ainda explica que o desafio cultural na Ecologia Humana, visa reforçar a criação de um senso crítico, valorar o desenvolvimento criativo e a participação popular sem perder relação socioambiental. Para que esses objetivos dentro de uma Ecologia Cultural sejam alcançados, é que se faz necessário revisitar mais uma vez os direitos culturais.

Os direitos culturais entram então como aquele elemento protetor e essencial para que as civilizações possam continuar se desenvolvendo no espaço em que se é inserido. Partindo de um ponto de vista ecológico, podemos sentir uma ligação direta entre as questões e pautas sociais em relação às questões ambientais, sendo justamente a ecologia humana, a ciência responsável por conectar os saberes das duas áreas, buscando entender e equacionar as influências de uma área sobre a outra.

A Ecologia Humana tenta evitar assim, tanto um progresso social que não inclua questões ambientais, como o contrário, ou seja, um foco e superproteção as questões ambientais, que exclua aqueles valores humanos, que buscam nada mais do que uma existência digna. É nessa perspectiva, que se faz necessário a discussão mais aprofundada do papel da Ecologia Humana, que equaliza o meio ambiente e valoriza a humanidade.

Com o auxílio de dispositivos resguardados em tratados de direitos culturais, daremos continuidade aos nossos estudos analisando como estes direitos impulsionaram o

desenvolvimento da ecologia cultural, através das seguintes abordagens: A primeira, no que diz respeito as prerrogativas culturais através da autodeterminação dos povos e diversidade (ONU, 1948, art. 2); a segunda está relacionada aos direitos culturais de identidade e patrimônio cultural (Art. 3 Declaração de Friburgo, 1998). Por último, analisaremos os princípios de governança democrática (art. 9. Declaração de Friburgo, 1998) de modo a buscar soluções práticas que apliquem a sociedade, proporcionadas pela Ecologia de Humana e possíveis pelos direitos culturais.

### **A Ecologia Cultural, Diversidade e Autodeterminação dos Povos**

A História é recheada de exemplos de descasos, descompromissos, desinteresses e desinformações com relação tanto ao meio ambiente, quanto a questão social (ALVIN, 2012, pag. 82). No que concerne à perspectiva social, no período moderno (marcada por fortes diferenciações culturais, como o descaso com relação às populações mais pobres que eram afastadas de todo e qualquer bem-estar), os indígenas americanos eram vistos pelo clero europeu como seres primitivos, desprovidos não só de atributos intelectuais e comportamentais, como também de alma e sentimentos.

Esse domínio europeu, muitas vezes justificado por religiosidade fundamentalista, dá espaço ao racismo como o etnocentrismo, minando qualquer iniciativa igualitária entre os grupos sociais, e dentro de uma perspectiva ecológica humana, é impossível impulsionar o desenvolvimento sustentável, diversidade cultural e racial, sem respeito a todas as formas de vida. Abaixo, o artigo 4 da Declaração de Friburgo, abriu espaço não apenas em tornar possível as preocupações ligadas a ecologia humana, mas também para que seus estudos ligados a cultura se desenvolvessem, inclusive em áreas até então desconhecidas, ao longo do século XX.

**Artigo 4-b.** A ninguém pode ser imposta uma referência ou ser assimilado a uma comunidade cultural contra a sua vontade. (Declaração de Friburgo, 1998)

É dessa forma que podemos compreender, a autodeterminação dos povos de uma comunidade específica, onde pessoas que mantêm um elo cultural, ambiental e social naquele determinado local, se fixam por suas conexões e similitudes de vida. O direito de pertencimento a qualquer meio cultural em que um ser possa se identificar, não obsta a existência de eventuais categorias de racismo entre povos de um mesmo território, inclusive por uma história opressora



ou de outras disputas internas pelo poder naquele local. É cabível ainda nesse sentido, retomar o artigo 2 da Declaração Universal de Direitos Humanos, que atesta que a autodeterminação dos povos assegura a igualdade do ser humano independente de sexo, religião, língua ou cor.

Nos artigos procedentes, a Declaração ainda afirma, em seu art. 6: “todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei”. Já no seu art. 7: “Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.”

Os direitos culturais, na versão coletivista dos direitos culturais propriamente ditos, aplicam-se aos grupos: indígenas, as nações sem Estado, os segmentos distinguidos pelas preferências sexuais ou religiosas, ou pelas faixas etárias de gênero. (COELHO, p. 9, 2014).

Teixeira Coelho reforça este trabalhando, afirmando que embora os direitos sejam para todos, as minorias, ou, os grupos historicamente menos favorecidos, são protegidos por essa sistematização. A Ecologia Humana, tem buscado sua expansão estudando diversos povos, Juracy Marques demonstra em sua obra *Ecologias Humanas* a importância de estudar esses povos, até então oprimidos e subestimados:

Para Meireles, sertanista, “é importante para a humanidade que esses povos existam. Eles são a lembrança viva de que é possível viver de outra forma” (Documentário da BBC de Londres). Taxai-Terri, denunciando a violência contra esses grupos, diz que “o tempo dos brabos (isolados) é o verão. Aí que eles aparecem, têm sua presença mais intensamente”. Essa aparição, da qual se originam muitos conflitos, tem como consequência a permanência e atualização de genocídios contra os indígenas, e isso se dá porque “eles estão buscando tecnologia. (MARQUES, 2014, p. 10).

Ao citar Meireles, Juracy Marques destaca a importância do multiculturalismo, não apenas para proteção das minorias, mas para aprender com elas. Emilio Moran (1990) ainda complementa: outra importância à Ecologia Humana refere-se ao estudo das estratégias de adaptação das pessoas ao ambiente (cf. Bennett 1976:165). E mais na frente cita a importância trazida pelos adaptacionistas a Ecologia humana integrando à cultura como estratégia resultante de aprendizagem e de processo de decisão individual. O estudo de todos os povos e comunidade, resguardando a estes, sua liberdade de viverem em acordo com sua escolha, consente também a comunidade urbana, não só o aprendizado com estes povos, mas a livre escolha de viver e adaptar-se a tais hábitos. Isso pode contribuir não apenas para uma quebra de conceitos relacionados a “civilização”, mas a adaptações humanas que possa ser benéfica ao meio ambiente.

A diversidade cultural não é um fim em si mesmo, no entanto, é um recurso a ser preservado. O exercício dos direitos e das liberdades e responsabilidades culturais constitui o fim e também o meio dessa preservação e desse desenvolvimento, pois significa que cada um pode participar dessa diversidade, dela extraindo recursos e contribuindo para seu enriquecimento.

Dessa forma, a proteção mútua da diversidade e dos direitos culturais, por e para os direitos culturais, forma um novo paradigma político que permite reatar os recursos dispersos, por isso ele exerce um efeito desencadeador da paz e do desenvolvimento, por meio da instauração progressiva de sociedades apreendedoras (MITCH, Itaú Cultural 2011, p. 31).

### **A Ecologia Cultural e os Direitos Culturais de Identidade e Patrimônio Cultural**

Esclarecendo as relações privilegiadas entre a Ecologia Humana e aquelas ciências sociais, John C. Bruhn (art. Cit.) salienta ainda, no campo da geografia, os contributos de Eilen C. Semple (1899, 1903), seguidora de Ratzel, defendendo que a luta humana pela sobrevivência implica a apropriação do espaço e, logo, reflete-se nas formas de organização social, ou de Vidal de la Blache (1926), reforçando as componentes das identidades históricas e das adaptações tecnológicas e culturais, face às condições ambientais. (Pires e Craveiro, 2014).

Nota-se a relevância dos meios culturais de cada comunidade para preservação não apenas daquela comunidade, considerando uma preservação social, com seus meios de expor e demonstrar identidade cultural, mas também no sentido de preservar o meio ambiente que toca aquela sociedade, e, que serve inclusive de respaldo para as atividades culturais, posto que foi sempre de onde obtiveram seu sustento e onde realizaram suas conexões interpessoais, levando assim para cada um deles uma importância incalculável entre a cultura daquele povo e o meio ambiente que a rodeia, fazendo parte inclusive de inúmeras manifestações culturais, materializando muitas delas, por meio dos recursos ambientais ali presentes.

Relevando tal importância é que o atual direito humano, protege o patrimônio cultural como elemento essencial a identidade:

**Artigo 3** (*Identidade e patrimônio culturais*)  
Toda pessoa, individualmente ou em coletividade, tem direito:  
**a.** de escolher e ter respeitada sua identidade cultural, na diversidade dos seus modos de expressão; este direito exerce-se, especialmente, em conexão com as liberdades de pensamento, consciência, religião, opinião e expressão;

b. de escolher e ter respeitada sua própria cultura, assim como as culturas que em suas diversidades constituem o patrimônio comum da humanidade; isso implica particularmente o direito ao conhecimento dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, valores essenciais desse patrimônio; (Declaração de Friburgo 1998).

O artigo 3 da Declaração de Friburgo, buscou a proteção da identidade, diversidade, pluralismo cultural e proteção do patrimônio. Ora, não se concebe uma evolução social, nem mesmo a paz social sem se compreender a importância da aceitação da identidade que confere originalidade aos grupos sociais, onde, conseqüentemente, na união destes também se faz necessário o intercâmbio de tal diversidade. Vê-se uma preocupação quanto a exploração de produção advinda do seio cultural, inclusive quando se pensa na proteção de tal patrimônio (acervo gerado por todas as gerações), de modo que as gerações vindouras também possam usufruir daquilo, mantendo um contato geracional, bem como promovendo novas percepções e criações.

### **Governança Democrática por meio dos Direitos Culturais e Ecologia Humana**

Ante a compreensão de cultura, tanto em seu aspecto individual como no aspecto social do termo, podemos vislumbrar essa aquisição de conhecimentos e repasse as gerações futuras como um auxílio direto ao estudo da ecologia humana, aqui dentro ecologia cultural pesará as influências de cada um desses grupos humanos, partindo desde pequenas sociedades/culturas para um conhecimento global antropológico em vista de resultados concretos para os seres humanos e seu ambiente.

É pensando nessa relação de interdependência entre os dois institutos que podemos obter soluções globais para tantos problemas que assolam a humanidade, ambos são essenciais para uma sociedade mais justa, bem como pela busca de igualdade dos povos, podendo-se também destacar o auxílio direto da ecologia humana na formação de outros direitos culturais, a partir de suas constatações.

A necessidade de promover abordagens pluridisciplinares, resulta igualmente da mudança de escala, com o reconhecimento de que os problemas ambientais da sociedade contemporânea se tornaram globais, sugerindo que existe um interesse global em os ultrapassar (YEARLEY, 2004) e que o facto de estarmos todos no mesmo barco e partilharmos o mesmo planeta finito torna necessário promover o diálogo e a cooperação internacional (MACNAGHTEN E URRY, 1998). Não assistimos apenas a alterações sociais globais; do

mesmo modo, as alterações ambientais devem ser consideradas um fenômeno global (YOUNG, *et al.*, 2006; NAJAM, *et al.* 2007).

Em ambas as ciências, sociais e naturais, está em curso a discussão da necessidade de integrar diversas escalas de análise para interpretar as alterações em curso nos sistemas socioecológicos que permitam compreender, por exemplo, os impactos locais de fenômenos globais. Sendo uma preocupação transversal, pode constituir um elemento agregador e estimular a produção de conhecimento transdisciplinar ou, como referem Gibson, Ostrom<sup>4</sup> & Ahan (2000): *The challenge of global environmental change requires that both the physical and social*. (PIRES E CRAVEIRO, 2014, p. 68)

Para isso, importa observarmos o artigo 9, da Declaração de Friburgo, que em simples leitura, vê-se que nada mais é que a exposição desses princípios e dos objetivos citados acima, visando assim tornar letra de lei uma forma de governança mundial mais voltada ao respeito de tais direitos.

**Artigo 9 (Princípios de administração democrática)**

- a.** velar pelo respeito dos direitos culturais, e desenvolver meios de consultação e participação, a fim de assegurar a realização, em especial, das pessoas mais desfavorecidas, devido à sua situação social ou por pertencer a uma minoria;
- b.** assegurar, em particular, o exercício interativo do direito a uma informação adequada, de maneira que os direitos culturais possam
- c.** formar o seu pessoal e sensibilizar o seu público à compreensão e ao respeito ao conjunto dos direitos humanos e, particularmente, os direitos culturais;
- d.** identificar e ter em consideração a dimensão cultural de todos os direitos humanos, a fim de enriquecer a universalidade pela diversidade e favorecer a apropriação destes direitos por qualquer pessoa, individualmente ou em coletividade. (Declaração de Friburgo, 1998)

Neste azo, cumpre mais uma vez destacar a importância da sistematização e cumprimento dos direitos culturais, como forma plena de se debater soluções, principalmente ambientais, com vista à melhoria tanto do meio ambiente ecológico, como meio ambiente laboral, urbano e outros fatores obtidos na ecologia humana e podem resultar em avanços reais da qualidade de vida daquelas pessoas, notadamente quando pensamos numa época em que vivenciamos cada vez mais escassos os recursos naturais, bem como podemos notar a olhos nus as mudanças climáticas, aceleradas pelo ser humano, ante tanta interferência.

Acima de todas as benesses, ressalta-se inclusive a sobrevivência de nossa espécie, que cada vez mais necessita de soluções práticas, que conforme antevemos, podem ser obtidas por meio da ecologia humana, tendo em vista o crescente e quase exponencial aumento da população humana no planeta terra, que por mais que acompanhe um crescente aumento da

produção de bens de consumo, estes não se apresentam suficientes para a demanda, Alvin nos explicita tais necessidades e apontamentos.

Nesse sentido, a Ecologia Humana nos abre uma porta para optar por mudanças, mostrando a nossa relação com o entorno. Qualquer mudança ambiental começa em nossas próprias ações que só serão absorvidas e tratadas quando a espécie humana reconstruir sua sociedade a partir de cidadãos mais participativos e capazes de produzir e consumir conforme as condições biológicas e não com o desejo humano. Há séculos as ações movidas por eles têm se mostrados insustentáveis, enquanto as atitudes baseadas na necessidade são mais realistas e pautam nos padrões existenciais conforme a capacidade de suporte da natureza local, produzindo um menor impacto e atentando para as necessidades de todos os seres vivos (ALVIN, 2012, p. 159).

Diante de tais compreensões, é possível antever a criação de uma governança democrática, tendo como alicerce os direitos culturais sistematizados e estudados conforme os ditames da ecologia humana, garantindo-se assim, ao nível local e até mesmo global, governos que possam efetivamente respeitar as características individuais de cada microssociedade, até mesmo de todas as pessoas.

## Resultados

Assim como citado inicialmente, a relação do direito e da cultura é um caso amoroso, desta mesma forma, compreende-se a relação entre a Ecologia cultural e os Direitos Culturais. Ora, não há como estudar o homem, pensar em soluções que preservem o meio ambiente, sem abordar um rol de direitos que resguardem a espécie, e orientem os Estados de modo a se tornarem protetores do *homo sapiens*, sem distinção qualquer. “A ecologia humana encontrou, assim, condições para desenvolver as suas perspectivas de análise de gênero humano sob dupla herança pelos horizontes da biologia e da sociologia emergente, multiplicando o âmbito de suas análises desde as pequenas comunidades humanas até a apreensão de um sentido evolucionário do universo e de todos os seres vivos” (PIRES E CRAVEIRO, 2014, p. 56).

Ao pensar em soluções de caráter biológico, ecológico, social, econômico e cultural, é pensar primeiro em proteger a humanidade e tudo que à terra oferece para sobrevivência desta. Portanto, a Ecologia Humana é primeira promotora de Direitos Humanos, de forma mais

prática, específica, interdisciplinar e minuciosa traz soluções que visam a preservação também da nossa espécie. “Por outras palavras, a Ecologia Humana se interessa pelas relações pessoais, enquanto estas se refletem, nas relações espaciais” (PIERSON, 1970, p. 13).

A Ecologia Cultural, parte da ecologia humana, responsável por estudar a cultura e sua influência sobre o meio ambiente em que está inserida, consiste em uma parte essencial dentro dessa área de estudo. “A cultura permitiu a espécie humana deixar a zona tropical e espalhar-se pela região temperada ou mesmo ártica. Possibilitou-lhe também o desenvolvimento de espantosa variedade de hábitos sociais e, por fim, deu-lhe a oportunidade de estudar o seu próprio posto no ecossistema a que chamamos terra. (CAMPBELL, 1970, p. 24)

Na Ecologia Cultural é que encontramos pontos e desafios em comum aos dos Direitos Culturais, em prol de conceber uma sociedade mais justa, diversa, inclusiva e de oportunidades iguais a todos. Aqui, mais uma vez, percorre a importância da garantia dos direitos culturais para que esses estudos não apenas sejam desenvolvidos, mas que alcancem seus objetivos. “A complexidade ambiental implica não só o aprendizado de fatos novos (de maior complexidade); além disso, inaugura um saber que desconstrói os princípios epistemológicos da ciência moderna e funda uma nova pedagogia, através de uma nova racionalidade que significa reapropriação do conhecimento a partir do ser do mundo e do ser no mundo; a partir do saber e da identidade que se forjam e se incorporam ao ser de cada indivíduo e de cada cultura” (LEFF, 2002, p. 219).

“Nesse tempo-instante de um espaço sem dimensões brota uma possibilidade de compartilhar as especificidades locais e permitir o aprendizado coletivo que atua sobre o intelecto e a vontade, a partir da difusão de experiências, em que a diversidade cultural consiga enunciar formas distintas de observação e interação com o meio” (MALTI, tese, p. 36). A autodeterminação dos povos entra como esse elemento de protetor da diversidade, uma vez protegendo, inclusive, as minorias, e preservando as identidades, permitindo que os povos mais desconhecidos ou subestimados do planeta continuem a viver do modo que acreditam. Além disto, abrem espaço para que a sociedade, inclusive aprenda com estes povos.

Os direitos culturais ligados a identidade e ao Patrimônio Cultural reafirmam a autodeterminação dos povos. “Com o desenvolvimento dos métodos de difusão cultural a contribuição individual passou a ganhar importância, enquanto pode afetar todo o patrimônio de conhecimentos acumulados e de atingir as outras comunidades humanas” (ÁVILA-PIRES, 1983, p. 45). É essencial a preservação de cada cultura, em seus aspectos materiais e imateriais,

para que as gerações vindouras possam usufruir desses saberes, e encontrar sua identidade no espaço de sua escolha. Esses direitos entram nesse contexto também como uma coluna a Ecologia Humana, de apoio para que esta, busque soluções práticas para eficácia destes direitos.

Por último, a governança global, sendo com certeza um dos pontos de tamanha relevância neste artigo. Para estas soluções, é que contamos com os estudos de Ecologia Humana, em seu caráter interdisciplinar, para apoiar essa gama de direitos e organizações internacionais, de modo a orientar seus Estados Membros. “Desse modo, as questões da ecologia humana acerca do relacionamento sociedade-ambiente cruzam-se intimidamente com questões da sustentabilidade e da ética das orientações científicas, na possibilidade de influências políticas ambientais e processos de decisão. Considerando novos laços de proximidade entre a ciência e poder” (PIRES- CRAVEIRO, 2014, p. 76).

Desta forma, a relação entre a Ecologia humana e os direitos culturais no que diz respeito a governança global, acontece de forma paralela, onde uma precisa do apoio da outra, para enfrentar os desafios e vencer os obstáculos deste mundo, que cada vez mais conta com Estados protecionistas.

Discutir cultura, ecologia humana em seu âmbito cultural e direitos culturais é revisitar não apenas os choques entre liberdades individuais, mas conceber soluções de modo a buscar soluções pacíficas entre as nações, respeitando as diferenças e acima de tudo, buscando um desenvolvimento conjunto entre países, realizando um intercâmbio cultural positivo.

## Referências

ALVIM, R. G. **Ecologia Humana**. Maceió, Alagoas. Editora UFAL, 2012;

AMADO, Frederico. **Direito Ambiental**. BRASIL: Editora Juspodivm, 2017;

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Temas de Filosofia**. Editora Moderna: São Paulo, 2005

AVILA, P. F. **Princípios de Ecologia Humana**. Porto Alegre, Brasil. Editora da Universidade de Porto Alegre, 1983.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.



BOURGOIGNIE, G. E. **Perspectivas em Ecologia Humana**. Madrid. Instituto de Estudios de Administracion Local, 1976;

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda., 2008;

CAMPBELL, Bernad. **Ecologia Humana**. Edições 70, Lisboa, 1983;

CANCLINI, N. **Culturas híbridas - Estrategias para entrar y salir de la modernidad**. México: EDITORIAL GRIJALBO, 1990.

CHAUI, Marilena. **Cidadania Cultural**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2006;

COELHO, Teixeira. **O que é Ação Cultural?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

COELHO; TEIXEIRA. **Afirmar os Direitos Culturais**. Brasil: Editora Iluminuras Ltda. 2014;

DIREITOS CULTURAIS, Declaração de Friburgo. Disponível em: <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declfriburgo.pdf>. Acessado em: 20 de jun. de 2020.

ETHNOBIOLOGY. **American Ethnologist**, v. 3, p. 485-507, 1976.

FIEGE, H. J. **ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

HAYS, T. E. Na empirical method for the identification of covert categories in

ITAU. **Revista Observatorio, Itaú Cultural**. BRASIL, 2011;

LASKI, Harold, J. **O Manifesto Comunista de Marx e Engels**. Ed. 3a. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.

LEFF, Henrique. **Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau, SC: Edurb, 2001. (Coleção Sociedade e Ambiente).

LIMA, M. J. A. **Ecologia Humana**. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1984;

MARCATU NACAO MATINGUEIROS. <http://matingueiros1.blogspot.com/2009/>. Acessado em 01 de jul. de 2021

MARQUES, Juracy Org. **Ecologias Humanas**. Feira de Santana, UEFS Editora, 2014;

Moran, E. F. **A Ecologia Humana das Populações da Amazônia**. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1990;

N'DAW, A. Universal culture and national cultures. In: Cultural rights and humans rights; Studies and documents on cultural policies. UNESCO, 1970. **Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. UNESCO, 1966. Disponível em:

[http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao\\_para\\_a\\_Defesa\\_a\\_Seguranca\\_e\\_a\\_Paz/documentos/pacto\\_internacional\\_sobre\\_direitos\\_economicos\\_sociais\\_culturais.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_a_Defesa_a_Seguranca_e_a_Paz/documentos/pacto_internacional_sobre_direitos_economicos_sociais_culturais.pdf). Acessado em: 20 de jun. de 2020.

OLIVEIRA, Sidney Benedito. **Ação Social do Terceiro Setor no Brasil**. São Paulo, 2005.

PIOVESAN, F. **Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos**. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 20-47, 2004.

PIRES, F. A. **Princípios de Ecologia Humana**; Porto Alegre, Editora da Universidade, 1983;

PORTELA, P. H. G. **Direito Internacional Público e Privado**. BRASIL: EDITORA JUSPODIVM, 2020.

RUBIM, Antônio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (ORGs). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

SILVA, V. P. “**A Cultura A Que Tenho Direito**” **Direitos Fundamentais e Cultura**”. Coimbra, Edições Almedina, 2007.

SOUZA, A. R. **Direitos Culturais no Brasil**. Rio de Janeiro, Azougue, 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

SOUZA, Larissa Fernanda de Alencar; SANTOS, Juracy Marques dos . Entre os Direitos Culturais e a Ecologia Humana. **Id on Line Rev. Psic.**, Outubro/2021, vol.15, n.57, p. 828-851, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 20/08/2021;

Aceito 30/08/2021;

Publicado: 31/10/2021.